
Redução do desmatamento na Amazônia é desafio para os próximos anos

Especialistas da área ambiental destacaram, na última quarta-feira (21), durante audiência pública para acompanhar as ações relativas à mudança do clima na Amazônia, a importância da redução do desmatamento no bioma, já que o Brasil continua sendo um dos grandes emissores de gás estufa no cenário mundial por derrubamento de florestas.

A audiência foi realizada pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, no Senado Federal.

Segundo relatório do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas (ONU), apresentado pelo diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Paulo Motinho, grande parte da emissão de gás estufa provem da queima de combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral e gás natural) e do desmatamento, onde o Brasil tem participação relevante em relação a outros países.

"Continuamos a queimar mais combustível, continuamos a derrubar mais florestas e, portanto, continuamos contribuindo para aumentar esse cobertor de gases que aquecem a atmosfera e a tornam mais reativa", destacou.

Paulo Motinho registrou que, após a revolução industrial, houve um aumento de 40% de gás efeito estufa na atmosfera, o que pode levar a um aquecimento de quatro graus. O pesquisador explicou que a ONU só considera seguro um aquecimento de até dois graus. "Em termos globais, por que precisamos reduzir o desmatamento se ele equivale apenas a 12% ou 13% da emissão global? É que essa pequena parte é extremamente importante para que consigamos manter a temperatura abaixo de dois graus em relação ao período pré-industrial", alertou.

Paulo Motinho afirmou que o desmatamento da Amazônia já atinge quase 70 milhões de hectares e que, deste total, 20% são áreas que estão abandonadas e, portanto, sem aproveitamento. Para ele, é necessário que essas áreas se tornem produtivas. Ele explicou que é preciso quebrar o mito de que crescimento econômico e preservação ambiental não podem conviver.

Para comprovar que é possível a convivência dessas duas realidades, o diretor do Ipam citou dados do Mato Grosso que mostram que o estado conseguiu aumentar a produção de gado e soja reduzindo o desmatamento. "Estão errados aqueles que acham que temos que abrir mão da nossa natureza, da nossa floresta para produzir", disse.

Paulo Motinho destacou algumas ações governamentais que poderiam ajudar no combate ao desmatamento, entre elas, recompensar aqueles que reduzem o desmatamento, realizar investimentos em infraestrutura que considerem a questão ambiental, criar e manter áreas protegidas na Amazônia e incluir nos currículos escolares matérias que tratem do aquecimento global.

A representante do Ministério do Meio Ambiente, Juliana Simões, destacou a importância do Plano de

Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal na redução do desmatamento. Ela explicou que o plano, em execução desde 2004, funciona sob coordenação direta da Casa Civil da Presidência da República e tem três eixos de ação: ordenamento territorial e fundiário, monitoramento e controle e fomento a atividades produtivas.

"O principal resultado do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal é a redução de 77% do desmatamento relacionado ao ano de 2004, onde tivemos a segunda maior taxa da série histórica que o Inpe mede desde 1988. Esse é um grande resultado para o País", ressaltou.

Juliana Simões destacou a importância de uma ação diferenciada de fiscalização na Amazônia, já que os desmatamentos encontram-se cada vez mais pulverizados em áreas menores e da destinação por parte do governo das áreas públicas com florestas. "O que temos que conseguir agora é permanecer nesse cenário de redução do desmatamento, que cada vez vai exigir um esforço maior do governo. Então, esse é o maior desafio para os próximos anos", afirmou.

Fonte: Agência Senado